



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

DANILO
CARVALHO
FRANCO
PEREIRA
12/05/2026 12:28

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 33/2026

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO - PI | UASG 080024

OBJETO RESUMO

Contratação de empresa de engenharia para reforma das salas do 6º andar – Secretaria Judiciária e CEJUSC – do prédio sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 94.979,86 (noventa e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos)

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 13/05/2026 às 8h até 18/05/2026 às 07:59 h

PERÍODO DE LANCES

Dia 18/05/2026 das 08h às 14h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
4. FASE DE LANCES.....	7
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	8
6. HABILITAÇÃO	10
7. CONTRATAÇÃO	13
8. SANÇÕES.....	14
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO - PI | UASG 080024

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº33/2026
(PROAD TRT22 n.º 679/2026)

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, por meio da Divisão de Licitações, Contratos e Convênios, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, ATO GP/TRT22 nº 98/2023, e demais legislação aplicável.

Data da sessão: Dia 18/05/2026

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00 horas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. Contratação de empresa de engenharia, mediante **dispensa de licitação** com fundamento no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, sob o regime de **execução indireta e empreitada por preços unitários**, para a **execução de reforma das salas do 6º andar – Secretaria Judiciária e CEJUSC**, incluindo serviços de demolição, adequação de divisórias, isolamento acústico, pintura e instalação de portas, situadas no prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, localizado na av. João XXIII, 1460, bairro dos noivos, Teresina, PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de empresa de engenharia, mediante dispensa de licitação com fundamento no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, sob o regime de execução indireta e empreitada por preços unitários , para a execução de reforma das salas do 6º andar – Secretaria	R\$ 94.979,86





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

	Judiciária e CEJUSC, incluindo serviços de demolição, adequação de divisórias, isolamento acústico, pintura e instalação de portas, situadas no prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, localizado na av. João XXIII, 1460, bairro dos noivos, Teresina, PI	
--	---	--

- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. Em caso de divergências de especificações/descrições do serviço dispostas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e o sistema eletrônico (comprasnet), prevalecerão as deste aviso.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1 A participação na presente Contratação direta se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras, ou no aplicativo Compras.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/aplicativo-compras>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.3. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratação Públicas (PNCP), www.gov.br/pncp, e encaminhado automaticamente aos licitantes registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf), por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4 Não poderá participar direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, **exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica**, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

proponente o compromisso de executar entrega dos serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar, no Termo de Aceitação, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

3.8.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91(**somente para empresas com mais de 100 funcionários**).

3.8.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9. Desde que disponibilizada essa funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.9.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.9.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso;

3.9.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.9.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e hora estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço do valor total do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 4.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **RS 100,00 (cem) reais**.
- 4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. Definido o resultado do julgamento, caso de o preço da proposta vencedora esteja acima do preço máximo estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação direta.
 - 5.2.4. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.
- 5.3. Estando compatível o valor da proposta com o preço estimado para a contratação, será solicitada a adequação da proposta ao valor negociado e se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
 - 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. A empresa participante deverá encaminhar a proposta vencedora adequada ao lance final acompanhada de todas as planilhas(Orçamentária, BDI convencional e encargos sociais).
- 5.6. Caso o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o gestor verificará se o fornecedor faz jus ao benefício aplicado.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.6.1. Caso o fornecedor não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 5.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e/ou salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 5.16. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições anteriores, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.16.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme as especificidades do mercado correspondente;
- 5.16.2. serão consideradas inexecutáveis, após as devidas diligências, as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, que não consigam comprovar a exequibilidade da proposta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União.

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” anteriores pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, em prazo não inferior a 2 horas úteis.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

recolhimento.

6.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de compra ou instrumento equivalente), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 7.2.1. O Termo de contrato será assinado preferencialmente por meio eletrônico.
- 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Projeto Básico anexo a este Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 7.5. Os prazos para a liquidação da despesa e pagamento são os definidos no Projeto Básico.

8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Aviso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

(art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
 - 9.13.2. ANEXO II - Projeto Básico;
 - 9.13.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

Teresina, 12 de maio de 2026.

Documento assinado eletronicamente
Danilo Carvalho Franco Pereira
Diretor-Geral





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1 Pessoa Jurídica - Habilitação

- 1.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.4 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 1.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 1.1.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 1.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 Se Pessoa Física – Habilitação

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. Participação conforme IN Seges/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021;

1.3 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 1.3.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em se tratando de pessoa física;
- 1.3.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 1.3.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.3.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 1.3.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 1.3.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 1.3.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 1.3.8 prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.3.8.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

1.4 Qualificação Técnica:

- 1.4.1 Comprovação de registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do estado da sede da interessada, que demonstre o exercício de atividades relacionadas com o objeto deste Projeto Básico.
- 1.4.2 A participante da dispensa deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) Atestado de capacidade técnica- operacional que comprove que a mesma tenha executado, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, obras ou reformas com características similares aos descritos neste Projeto Básico e que incluam, necessariamente, a execução de paredes divisórias em gesso acartonado.
- 1.4.3 Comprovação, pela empresa, de possuir em seu corpo técnico, na data da abertura das propostas, profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil, detentor de Certidões de Acervo Técnico – CAT's – emitidas pelos CREA da região onde as obras/serviços foram executadas, que comprovem ter o profissional executado obras ou reformas com características similares aos descritos neste Projeto Básico e que incluam, necessariamente, a execução de paredes divisórias em gesso acartonado.
- 1.4.3.1. A comprovação de vínculo profissional se fará por uma das seguintes opções: com a apresentação da carteira de trabalho em que conste a licitante





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

como empregadora do profissional; apresentação do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; apresentação de contrato de trabalho devidamente registrado no CREA da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, de declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo, nos termos da legislação civil.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

DELANO
PEREIRA
COSTA
22/04/2026 14:47

PROJETO BÁSICO

Lei 14.133/2021

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – CONTRATAÇÃO DIRETA

SÍNTESE: Execução de reforma das salas do 6º andar – Secretaria Judiciária e CEJUSC, incluindo serviços de demolição, adequação de divisórias, isolamento acústico, pintura e instalação de portas.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

1.0 – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa de engenharia, mediante **dispensa de licitação** com fundamento no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, sob o regime de **execução indireta e empreitada por preços unitários**, para a **execução de reforma das salas do 6º andar – Secretaria Judiciária e CEJUSC**, incluindo serviços de demolição, adequação de divisórias, isolamento acústico, pintura e instalação de portas, situadas no prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, localizado na av. João XXIII, 1460, bairro dos noivos, Teresina, PI.

1.2 O Tribunal Regional do Trabalho (TRT22) disponibiliza, no **ANEXO A** deste Projeto Básico, o Estudo Técnico Preliminar, que inclui fotos dos locais onde serão feitas as intervenções e os projetos de arquitetura da áreas objeto dos serviços demandados.

2.0 – DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A reforma objetiva melhorar as **condições de trabalho e conforto acústico** dos ambientes de trabalho do 6º andar, otimizando o uso do espaço, nos termos das justificativas já apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.

2.2 Despacho da Divisão de Normativos Internos solicitando adoção de providências urgentes, no prazo máximo de 6 (seis) meses, no sentido de o Tribunal disponibilizar instalações adequadas que assegurem o indispensável isolamento acústico das salas de conciliação dos CEJUSCs de 1º e 2º graus, conforme análise no item 10.2.1 da Ata (inciso III do art. 6º da Resolução do CSJT n.º 288/2021). (ITEM 10 - CONCILIAÇÃO)

3.0 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Requisitos internos e externos

3.1.1 A contratação objeto deste Projeto Básico apresenta os seguintes requisitos:

REQUISITOS INTERNOS

a) Definição do local de execução dos serviços: 6º andar do edifício-sede do TRT-22, situado na Avenida João XXIII, 1460, Bairros Noivos, e Teresina-PI;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- b) Definição dos serviços a serem executados e dos materiais a serem aplicados, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição do prazo de execução da obra como sendo de 60 dias, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Contratação de empresa de engenharia para execução da obra;
- f) Exigência de certidão de registro da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- g) Exigência de comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra com características similares ao objeto a ser contratado;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.
- j) Definição dos critérios de medição e pagamento por etapas e percentuais concluídos da obra;

REQUISITOS EXTERNOS - NORMATIVOS LEGAIS

- a) Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- b) Resolução n. 103/2012 – CSJT – regulamenta a Sustentabilidade nos Tribunais Regionais do Trabalho;
- c) Resolução n. 70/2010 – CSJT - Dispõe, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus, sobre: I - O processo de planejamento, execução e fiscalização de obras e de aquisição e locação de imóveis; II – Parâmetros e orientações para contratação de obras e aquisição e locação de imóveis; III – Referenciais de áreas e de custos e diretrizes para elaboração de projetos;
- d) Resolução nº. 114, de 20/04/10 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário;
- e) Resolução nº 288/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC-JT) da Justiça do Trabalho.

3.2 Subcontratação

3.2.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, considerando-se, por exemplo, a execução de divisórias de gesso acartonado com enchimento acústico, feitas por empresas especializadas.

3.3 Vistoria

3.3.1 As empresas interessadas em participar poderão, facultativamente, proceder à vistoria técnica no local onde serão executados os serviços, devendo entrar em contato com a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços - CIS do TRT da 22ª Região, através dos telefones (86)98881-6069;

3.3.2 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do **ANEXO D** deste Projeto Básico.

3.3.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

4.0 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Comprovação de registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do estado da sede da interessada, que demonstre o exercício de atividades relacionadas com o objeto deste Projeto Básico;

4.2 A licitante deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) Atestado de capacidade técnica-operacional que comprove que a mesma tenha executado, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, obras ou reformas com características similares aos descritos neste Projeto Básico e que incluam, necessariamente, a execução de paredes divisórias em gesso acartonado.

4.3 Comprovação, pela empresa, de possuir em seu corpo técnico, na data da abertura das propostas, profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil, detentor de Certidões de Acervo Técnico – CAT's – emitidas pelos CREA da região onde as obras/serviços foram executadas, que comprovem ter o profissional executado obras ou reformas com características similares aos descritos neste Projeto Básico e que incluam, necessariamente, a execução de paredes divisórias em gesso acartonado.

4.3.1 A comprovação de vínculo profissional se fará por uma das seguintes opções: com a apresentação da carteira de trabalho em que conste a licitante como empregadora do profissional; apresentação do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; apresentação de contrato de trabalho devidamente registrado no CREA da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, de declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo, nos termos da legislação civil.

5.0 - DA DESCRIÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A contratação abrangerá a execução dos seguintes serviços, descritos sucintamente a seguir:





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- 5.1.1 Retirada de divisórias, portas, luminárias e forros;
- 5.1.2 Execução de divisória de gesso acartonado com enchimento acústico com lã de vidro;
- 5.1.3 Execução de emassamentos, fundo selador e pinturas;
- 5.1.4 Fornecimento e colocação de portas de madeira 80x210 cm;
- 5.1.5 Fornecimento e colocação de vidros temperados de 10mm em esquadrias;
- 5.1.6 Retirada de entulhos e limpeza da obra.

5.2 Garantia do serviço

- 5.2.1 O prazo de garantia dos serviços será de **60 meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3 Prazo de execução dos serviços

- 5.3.1 Todos os serviços deverão ser executados em até **45 (quarenta e cinco) dias** corridos, após o recebimento e aceite da Ordem de Serviços emitida pelo TRT da 22ª Região, e com rigorosa observância das normas e especificações apresentadas, podendo os mesmos serem realizados, se necessário, aos sábados, domingos e feriados.

5.4 Vigência do contrato

- 5.4.1 O contrato firmado entre as partes deverá ter vigência de, pelo menos, **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua assinatura.

6.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 6.1 Responsabilizar-se, em relação aos serviços e a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: exames, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- 6.2 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- 6.3 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, em relação a seus empregados, prepostos ou terceirizados contratados por ocasião da execução dos serviços ou em conexão com estes;
- 6.4 Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, civis ou penais relacionados ao contrato, originariamente ou que vierem a ser vinculados;
- 6.5 Manter os seus empregados, prepostos ou terceirizados contratados sujeitos às normas do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região;
- 6.6 Manter os seus empregados, prepostos ou terceirizados contratados devidamente identificados quando em serviço, devendo substituir imediatamente qualquer um deles quando considerado inconveniente à boa ordem ou às normas do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região;
- 6.7 Observar todos os cuidados a fim de evitar danos à edificação e a terceiros, por ocasião da montagem e manuseio de equipamentos e máquinas e execução dos serviços, ficando o ônus dos reparos por sua conta;
- 6.8 Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução de quaisquer serviços pertinentes à obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o exercício da fiscalização por parte do Tribunal;
- 6.9 Verificar, comparar e criticar, tempestivamente, todos os desenhos e planilhas fornecidos; nos casos de erros, omissões, discrepâncias ou falhas não detectados em etapa anterior à contratação, caberá à Contratada formular imediata comunicação escrita à administração do Tribunal, a fim de que as soluções sejam definidas sem interferências ao andamento dos serviços;
- 6.10 Fornecer todos os materiais, mão de obra, equipamentos e pessoal técnico especializado necessários à execução dos serviços;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- 6.11 Reparar e corrigir os serviços executados em que se verificar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções. Para tanto será definida, pela Fiscalização do Tribunal, um prazo de execução dos mesmos, sendo este considerado como sendo de 5 dias contados da ciência por parte daquela, quando outro prazo não for definido;
- 6.12 Permitir que a fiscalização do Tribunal, membros ou servidores que este formalmente indicar, tenham acesso às instalações dos locais de serviços e a todos os locais onde estiverem sendo estocados ou manuseados os materiais relacionados à obra;
- 6.13 Responsabilizar-se pela operação, manutenção e segurança dos equipamentos e máquinas relacionados aos serviços e dos locais de execução dos mesmos, bem como pela sua vigilância e organização;
- 6.14 Responsabilizar-se por toda a logística e transportes de materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como por testes e ensaios;
- 6.15 Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA-PI, referente à execução dos serviços, entregando as vias à equipe de Fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, **em prazo situado entre a assinatura do contrato e o aceite da Ordem de Serviços emitida pela Fiscalização**;
- 6.16 Apresentar e submeter à Fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região o(s) nome(s) e capacidade(s) técnica(s) do(s) responsável(is) técnico(s) que porventura venha a substituir o originalmente indicado;
- 6.17 Não transferir a terceiros o objeto da presente contratação, sendo permitida a subcontratação parcial de serviços, desde que previamente autorizada pela fiscalização.
- 6.18 Manter, durante todo o período de execução dos serviços, as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- 6.19 Obedecer às normas de segurança e higiene do trabalho para esse tipo de atividade, fornecendo os equipamentos de proteção individual e coletivos necessários ao exercício das atividades, em atendimento aos Princípios e disposições das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como legislações locais e regionais, desde que mais rígidas em relação àquelas;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

6.20 Nos casos demandados pelo Tribunal ou nos que a empresa contratada pretender realizar serviços em finais de semana ou feriados, a relação de serviços a serem realizados nesse período, bem como a relação dos operários que os realizarão deverá ser enviada à Fiscalização do Tribunal em até 48 horas antes do início dos mesmos, para que sejam providenciadas as autorizações e designados servidores para acompanhamento efetivo;

6.21 Iniciar a execução dos serviços em até **5 (cinco)** dias após o aceite da Ordem de Serviços.

6.22 Observar e cumprir as normas e disposições referentes às obras e serviços de engenharia contidas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, documento que pode ser consultado no endereço: http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023.

6.23 Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.

6.23.1 Por meio do endereço <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema, podendo acessar, também, diretamente o link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>, a fim de proceder o cadastro.

7.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1 Fornecer todas as orientações, dados e informações técnicas necessárias à execução dos serviços, bem como quaisquer esclarecimentos adicionais ao cumprimento adequado do contrato;

7.2 Autorizar, mediante a expedição de ordem de serviços, o início dos serviços pela Contratada;

7.3 Designar, em conformidade com o disposto no artigo 117 da Lei 14.133/2021, um representante pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

7.4 Garantir o acesso dos funcionários da contratada ou de suas subcontratadas aos locais onde serão realizados os serviços, observando-se o disposto nas regras internas de acesso e identificação de pessoal;

7.5 Promover e dar celeridade à execução dos serviços auxiliares necessários à prestação das obrigações contratuais, quando estes forem alheios ao objeto do contrato;

7.6 Pagar as faturas emitidas pela Contratada, desde que emitidas em conformidade com as medições e atestação da fiscalização e obedecidas as condições exigidas em contrato;

7.7 Receber os serviços mediante termos circunstanciados, nos prazos e condições estabelecidos em contrato, conforme **item 11.0** deste Projeto Básico;

7.8 Emitir a Ordem de Serviços, **em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato entre as partes**;

8.0 – DA PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA, PLANILHAS DE BDI E DE ENCARGOS SOCIAIS

8.1 A proposta de preços deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, aplicação dos materiais e a utilização dos equipamentos necessários nos locais discriminados, com base na **Planilha constante do ANEXO A – Planilhas Orçamentária (A-1) e Composições Unitárias (A-2)**. Os valores unitários apresentados deverão corresponder à totalidade do custo para execução dos serviços, incluindo-se nestes, todos os custos com materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, impostos, encargos e demais itens que se fizerem necessários à sua perfeita execução;

8.2 A proponente deverá apresentar, obrigatoriamente, as composições do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, em planilha específica, com detalhamento completo, constando exclusivamente, os itens que compõem a Planilha adotada pelo TRT da 22ª Região (**ANEXO B**). Os percentuais constantes das Planilhas do **ANEXO** são apenas indicativos, excetuando-se os itens relativos aos tributos cujas alíquotas são fixadas em lei, não acarretando ao TRT da 22ª Região qualquer obrigação quanto à sua execução ou pagamento, devendo as proponentes apresentar em suas composições os índices praticados;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

8.3 A proponente deverá apresentar, obrigatoriamente, a Planilha de Encargos Sociais adotadas, para mensalistas e horistas, com detalhamento completo, constando exclusivamente, os itens que compõem a Planilha adotada pelo TRT da 22ª Região (**ANEXO C**). As planilhas adotadas pelo TRT são as fornecidas pela CEF, dispostas no anexo, **com data de 01/2026 e consideradas sem desoneração**;

8.4 Atendendo disposições da Súmula Nº 254 do Tribunal de Contas da União, na composição da Planilha de BDI para contratos de obras executadas com recursos públicos, não deverão constar os seguintes impostos: imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL);

8.5 O Serviço deverá ser executado em uma única etapa;

8.6 O custo total orçado pelo TRT da 22ª Região para a execução da obra/serviços é de **R\$ 94.979,86 (noventa e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos)**.

9.0 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/2021 e mediante Termos de Recebimento, o objeto do contrato será recebido:

9.1.1 **Provisoriamente**, pelo responsável pelo seu acompanhamento, mediante Termo de Recebimento Provisório assinado em até **5 (cinco)** dias, a partir da entrega da comunicação escrita, pela empresa executora, da finalização dos serviços objeto do contrato;

a) Os serviços entregues em desconformidade com os especificados neste Projeto Básico serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a contratada será obrigada a refazê-los no prazo máximo de 10 dias a ser estabelecido pela Administração, contado da data do recebimento da notificação necessariamente escrita por parte do TRT da 22ª Região;

b) A notificação de que trata o item anterior suspende os prazos de pagamento e de recebimento definitivo até que as irregularidades sejam sanadas;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

9.1.2 **Definitivamente**, por servidor designada pelo TRT da 22ª Região, em até **30 (trinta)** dias, contados do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, assinado pelo contratante e contratado, após o decurso do prazo de observação, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

9.1.3 O Recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelos serviços executados.

10.0 – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

10.1 As medições dos serviços executados serão realizadas em duas etapas, sendo uma intermediária com 25 dias e outra na finalização da execução dos serviços, por servidor designado pelo contratante, considerando-se os serviços efetivamente realizados e concluídos nos períodos;

10.2 As aprovações das medições serão precedidas de visita técnica ao local de execução dos serviços, que poderão ser executadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do pedido feito pela contratada. Aprovada a medição pela fiscalização, deverá a empresa emitir e apresentar a respectiva nota fiscal/fatura;

10.3 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis da liquidação da nota fiscal/fatura;

10.4 Do pagamento serão descontados todos os tributos e contribuições de competência da União, exceto se a contratada for optante do Simples Nacional, situação que deverá ser comprovada;

10.5 O TRT da 22ª Região não efetuará o pagamento se no ato do recebimento dos serviços ficar comprovado que os mesmos não apresentam adequação às especificações e quantidades constantes deste Projeto Básico;

10.6 Se a nota fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, o prazo supracitado será contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas;

10.7 O pagamento da 1ª fatura/nota fiscal fica condicionado à apresentação tempestiva da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

10.8 A nota fiscal/fatura deverá ser anexada pela Contratada no SIGEO-JT e vir acompanhada das certidões abaixo relacionadas:

10.7.1 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade do FGTS-CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa

11.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 A inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico e seus Anexos, verificado o nexa causal relativo à ação ou omissão da Contratada, torna possível a aplicação das seguintes sanções, sem prejuízo de outras provenientes de legislação específica:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Multa;

11.1.3 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal;

11.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.2 Será aplicada a sanção de advertência nos casos de descumprimento de quaisquer obrigações previstas neste Projeto Básico e seus Anexos que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves.

11.3 Será aplicada a multa nas seguintes condições:

13.3.1 de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contratual, nos casos de inexecução parcial do objeto;

13.3.2 de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de inexecução total do objeto.

11.4 Será configurada a inexecução parcial do objeto quando: a contratada executar, até o final dos 25 dias corridos de execução, menos de 40% (quarenta por cento) do total





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

dos serviços;

11.5 Será configurada a inexecução total do objeto nos seguintes casos:

11.5.1 quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 20 (vinte) dias após a emissão e aceite da Ordem de Serviços pela contratada;

11.5.2 nos casos em que a contratada abandonar a execução dos serviços em quaisquer das etapas previstas em seu cronograma de execução;

11.5.3 quando, decorridos 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão do objeto, este não for entregue, desde que não apresentada e aceita uma justificativa técnica.

11.6 O não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 14.133/2021 ou no instrumento convocatório e não abrangida pelos incisos anteriores sujeitará a contratada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, para cada evento, que será dobrada em caso de reincidência.

11.7 Recusar-se a receber ou a dar recebimento no contrato, na nota de empenho ou na notificação de pendência, no prazo definido pelo edital, caracterizará inexecução da obrigação assumida e, não havendo justificativa aceita pela administração, será aplicada multa de **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

11.8 A critério da Administração, as penas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4, garantida a defesa prévia, poderão ser aplicadas cumulativamente à penalidade de multa;

11.9 Pedidos de prorrogação de prazo só serão concedidos quando ocorrerem quaisquer das hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021, devendo ser acompanhados dos documentos necessários à comprovação das alegações e recebidos com antecedência mínima de 02 (dois) dia do vencimento do prazo para entrega do objeto;

11.10 As multas aplicadas, moratórias e compensatórias, serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados, ou ainda judicialmente, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais pertinentes.

11.11 O retardamento injustificado do início da execução dos serviços ou na solução





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

dos problemas surgidos e devidamente notificados acarretará a aplicação de multa no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do respectivo valor.

11.12 Poderá ser aplicada ainda, assegurados o contraditório e a ampla defesa, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na conclusão total do objeto do contrato, até o limite de 30 dias.

11.13 Esgotados os meios administrativos para a cobrança do valor devido pelo Contratado ao TRT da 22ª Região, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

12.0 - DOS ANEXOS:

Fazem parte deste Projeto Básico os seguintes anexos, devendo cada um deles constar, obrigatoriamente, da proposta de preços da proponente para efeitos de licitação.

ANEXOS	DESCRIÇÃO
ANEXO A	Estudo Técnico Preliminar (com Planilha Orçamentária, Fotos e Projetos de Arquitetura)
ANEXO B	Planilha de BDI convencional
ANEXO C	Planilhas de Encargos Sociais
ANEXO D	Termo de Vistoria Técnica





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ANEXO A

Estudo Técnico Preliminar (com Planilha Orçamentária, Fotos e Projetos de
Arquitetura)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

OBJETO: REFORMA 6º ANDAR: COORDENADORIA JUDICIÁRIA, DIVISÃO DE PRECATÓRIOS E CEJUSC 2º GRAU.

Equipe de planejamento da contratação:

SERVIDOR	FUNÇÃO
DELANO PEREIRA COSTA	Técnico Judiciário – Coordenador de Infraestrutura e Serviços
ANTÔNIO VILARINHO FREDERICO CASTELO BRANCO	Analista Judiciário – Especialidade Engenharia Civil
EVERDAM MARTINS DA SILVA	Técnico Judiciário
OSMAR RODRIGUES DE MESQUITA JÚNIOR	Técnico Judiciário – Chefe da Seção de Serviços e Gestão de Obras

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este documento trata-se de **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, visando atender a demanda decorrente do pedido de reestruturação de instalações físicas, amparada pela Resolução Administrativa nº 84/2022, que resultou na criação da Coordenadoria Judiciária e da Divisão de Precatórios como unidades autônomas, ambas situadas no 6º andar do Edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT-22).

1.2 Tal estudo consiste na primeira etapa do planejamento da contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar a formalização do Projeto Básico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, art. 18, inciso I.

2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- 2.1 Considerando a necessidade de dotarmos as edificações que abrigam as unidades do (TRT-22) de infraestrutura adequada, confortável e segura à prestação jurisdicional, gerando otimização dos trabalhos e bem-estar a magistrados, servidores e jurisdicionados;
- 2.2 Considerando que, apesar da segregação administrativa, os setores continuam compartilhando o mesmo espaço físico, gerando confusão institucional, prejuízo ao fluxo de trabalho, dificuldades no atendimento ao público e inadequação à nova estrutura organizacional;
- 2.3 Considerando que, como etapa prévia e necessária e, em obediência ao art. 46, §1º da Lei nº 14.133/2021, o TRT-22 já dispõe dos projetos executivos de arquitetura e da pretendida obra;
- 2.4 Considerando que há necessidade de adequação dos espaços às recomendações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho quanto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC -JT), especialmente quanto à realização de audiências em ambientes apropriados;
- 2.4 Detectamos como necessária a execução das reformas, que trará inúmeras melhorias para a instituição e seus usuários, tais como a melhorar da eficiência administrativa, a garantia de maior transparência institucional, proporção de melhor atendimento aos jurisdicionados, asseguarção de conformidade com recomendações correccionais e a otimização do uso dos espaços físicos do Tribunal.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO, PLANO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, RESOLUÇÃO Nº 288/2021 DO CSJT

- 3.1 Alinhamento ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021- 2026 do CSJT, aprovado pelo Ato nº 34/CSJT.GP.SG, de 12 de março de 2021, e ao Planejamento Estratégico Participativo (PEP) 2021-2026, institucionalizado pela Resolução Administrativa nº 42, de 28 de junho de 2021.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

3.2 Alinhamento ao disposto na Resolução nº 288/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC-JT) da Justiça do Trabalho;

3.3 Não houve previsão no Plano de Contratações Anual (PCA) do ano de 2025, em razão de tais reformas decorrerem de determinações oriundas de Recomendações Correicionais realizadas em outubro de 2024, portanto, sem previsão orçamentária.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação objeto deste estudo preliminar apresenta os seguintes requisitos:

REQUISITOS INTERNOS

a) Definição do local de execução dos serviços: 6º andar do edifício-sede do TRT-22, situado na Avenida João XXIII, 1460, Bairros Noivos, e Teresina-PI;

b) Definição dos serviços a serem executados e dos materiais a serem aplicados, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;

c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

d) Definição do prazo de execução da obra como sendo de 60 dias, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

e) Contratação de empresa de engenharia para execução da obra;

f) Exigência de certidão de registro da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

g) Exigência de comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA, em nome dos profissionais que





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra com características similares ao objeto a ser contratado;

h) Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras com características similares ao objeto a ser contratado;

i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

j) Definição dos critérios de medição e pagamento por etapas e percentuais concluídos da obra;

REQUISITOS EXTERNOS - NORMATIVOS LEGAIS

a) Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

b) Resolução n. 103/2012 – CSJT – regulamenta a Sustentabilidade nos Tribunais Regionais do Trabalho;

c) Resolução n. 70/2010 – CSJT - Dispõe, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus, sobre: I - O processo de planejamento, execução e fiscalização de obras e de aquisição e locação de imóveis; II – Parâmetros e orientações para contratação de obras e aquisição e locação de imóveis; III – Referenciais de áreas e de custos e diretrizes para elaboração de projetos;

d) Resolução nº. 114, de 20/04/10 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário;

e) Resolução nº 288/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC-JT) da Justiça do Trabalho.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1 Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a realização de dispensa eletrônica, e contrato sob a forma de execução indireta, através de empreitada por preços unitários, tendo em vista que o TRT-22 já definiu claramente os aspectos qualitativos e quantitativos do objeto a ser executado.

5.2 Nesse caso, poderão ser estabelecidos padrões e unidades de medida, para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado.

6. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO ORÇAMENTO

6.1 A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é uma tabela utilizada no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil;

6.3 Na ausência de preços de referência da Tabela SINAPI, serão utilizadas outras tabelas oficiais, a exemplo da SEINFRA/CE e do ORSE/SE e, ainda como alternativa, poderão ser elaboradas composições unitárias de serviços pelo próprio TRT-22, com a utilização dos preços dos insumos das tabelas acima citadas;

6.2 Baseados em valores obtidos pelos custos atualizados de outras obras similares executadas no âmbito deste Tribunal, estimamos em **R\$ R\$ 94.979,86 (noventa e quatro mil novecentos e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos)** o valor de referência da contratação ora pretendida, conforme Planilha Orçamentária constante do **ANEXO C**;

6.4 O valor orçado pelo TRT-22 constará de documento próprio anexo a este ETP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 Esta contratação destina-se à execução de reformas e reestruturação de instalações físicas dos atuais ambientes da Coordenadoria Judiciária, da Divisão de Precatórios e do CEJUSC





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

– 2º grau, para funcionarem como unidades autônomas, situadas no 6º andar do Edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT-22), conforme **FOTO ATUAIS e PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA** constantes dos **ANEXOS A e B** deste ETP.

7.2 Os subsistemas executivos deverão observar o seguinte:

- a) Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da reforma;
- b) Movimentação de materiais e guarda nos ambientes do TRT-22
- c) Execução de demolições de paredes, remoção de vidros, forros, portas e outros componentes;
- d) Execução das reformas dos ambientes, considerando os sistemas estruturais propostos nos projetos executivos;
- e) Execução de paredes de gesso acartonado, acabamentos, pinturas, colocação de vidros, portas e demais componentes.

7.3 A obra deverá ser feita em conformidade com o previsto nos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, conforme apresentados em peças próprias do Projeto Básico.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1 O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

8.2 Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

8.3 Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para contratos maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade.

8.4 Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

- a) Separação física das unidades;
- b) Melhoria no fluxo de trabalho;
- c) Redução de conflitos operacionais;
- d) Atendimento às recomendações da CSJT;
- e) Facilidade e melhoria do atendimento ao público;
- f) Melhorar a eficiência e a produtividade na tramitação processual;

10. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

10.1 **Logística:** A Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços deverá prover os devidos acessos à contratada, de modo que a mesma possa executar satisfatoriamente os serviços, inclusive definindo horários para execução dos mesmos, local de armazenamento de insumos, formas de acesso dos operários, etc;

10.2 **Infraestruturas:** Necessidade de realocação de servidores e de aparelhamento mobiliário, porquanto trata-se de reformas novas, situadas em ambientes onde, atualmente, funcionam setores operacionais do TRT-22;

10.3 **Impacto ambiental:** Geração de resíduos sólidos comuns às obras de construção civil, com previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA n. 307/2002, inclusa nas obrigações da contratada.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

11. LEVANTAMENTO DE MERCADO

11.1 Considerando as alternativas para a execução da obra, a contratação pretendida mostra-se a mais adequada, aliada a existência, no mercado, de várias empresas aptas a participarem da dispensa, com a possibilidade de redução do custo da contratação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 É correlata a contratação já realizadas pelo TRT-22 para a reforma das salas do CEJUS de 1º grau, situado no 3º andar do edifício-sede, conforme PROAD 1789/2025.

13. VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 O EPT, portanto, evidencia que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de empresa de engenharia para execução da obra, via dispensa eletrônica, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

13.2 Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida com base neste ETP, consoante art. 18, §1º, Inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXOS

14.1 Fazem parte deste ETP os seguintes anexos:

ANEXO A – FOTOS ATUAIS DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DAS REFORMAS

ANEXO B – PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA

ANEXO C – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Teresina, 13 de abril de 2026.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ANEXO A
FOTOS ATUAIS DOS AMBIENTES

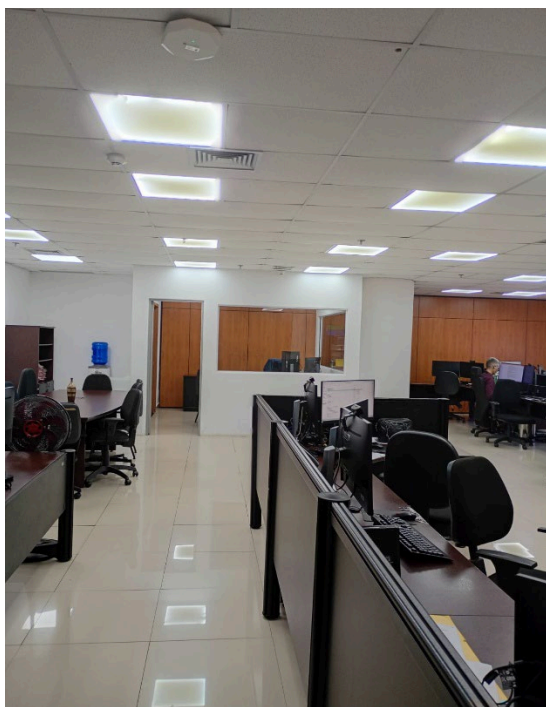


Foto 01: Secretaria Judiciária

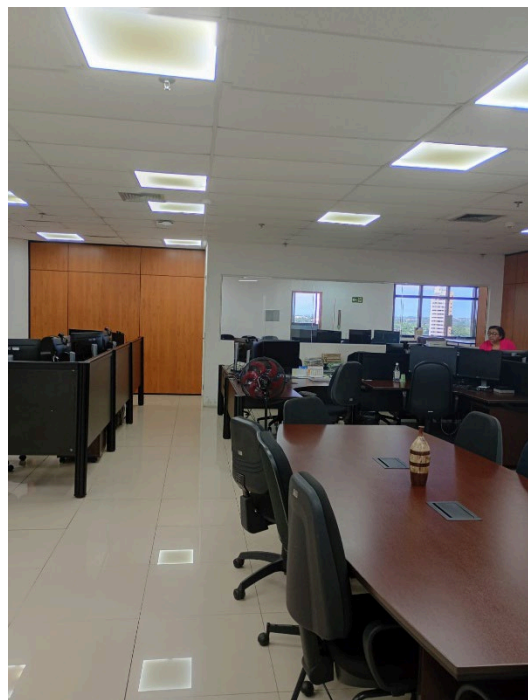


Foto 02: Divisão de Precatórios





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS



Foto 03: CEJUSC 2º grau



Foto 04: CEJUSC 2º grau





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ANEXO B
PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA

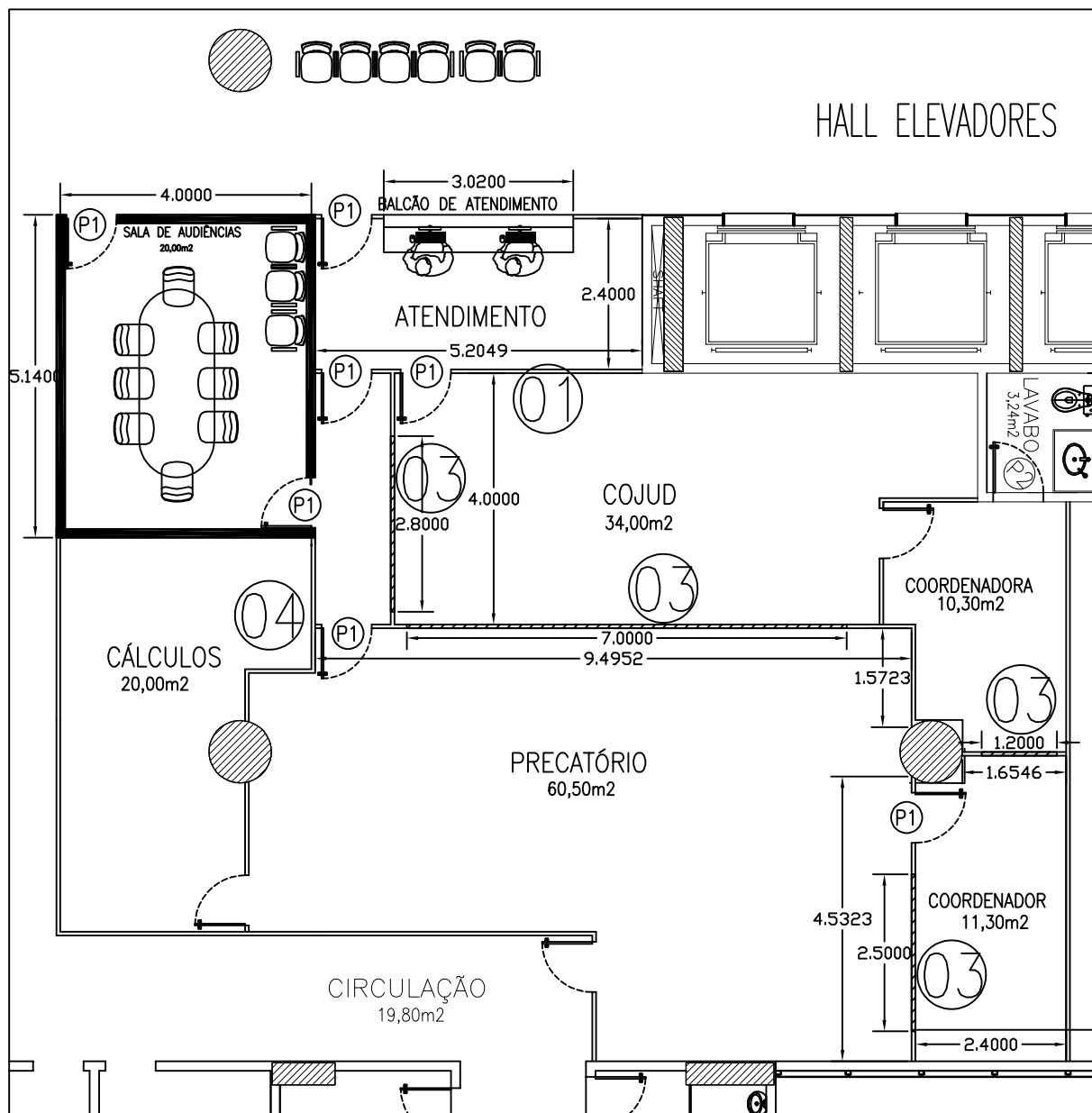




PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS



COORD. JUDICIÁRIA – NOVO LAYOUT

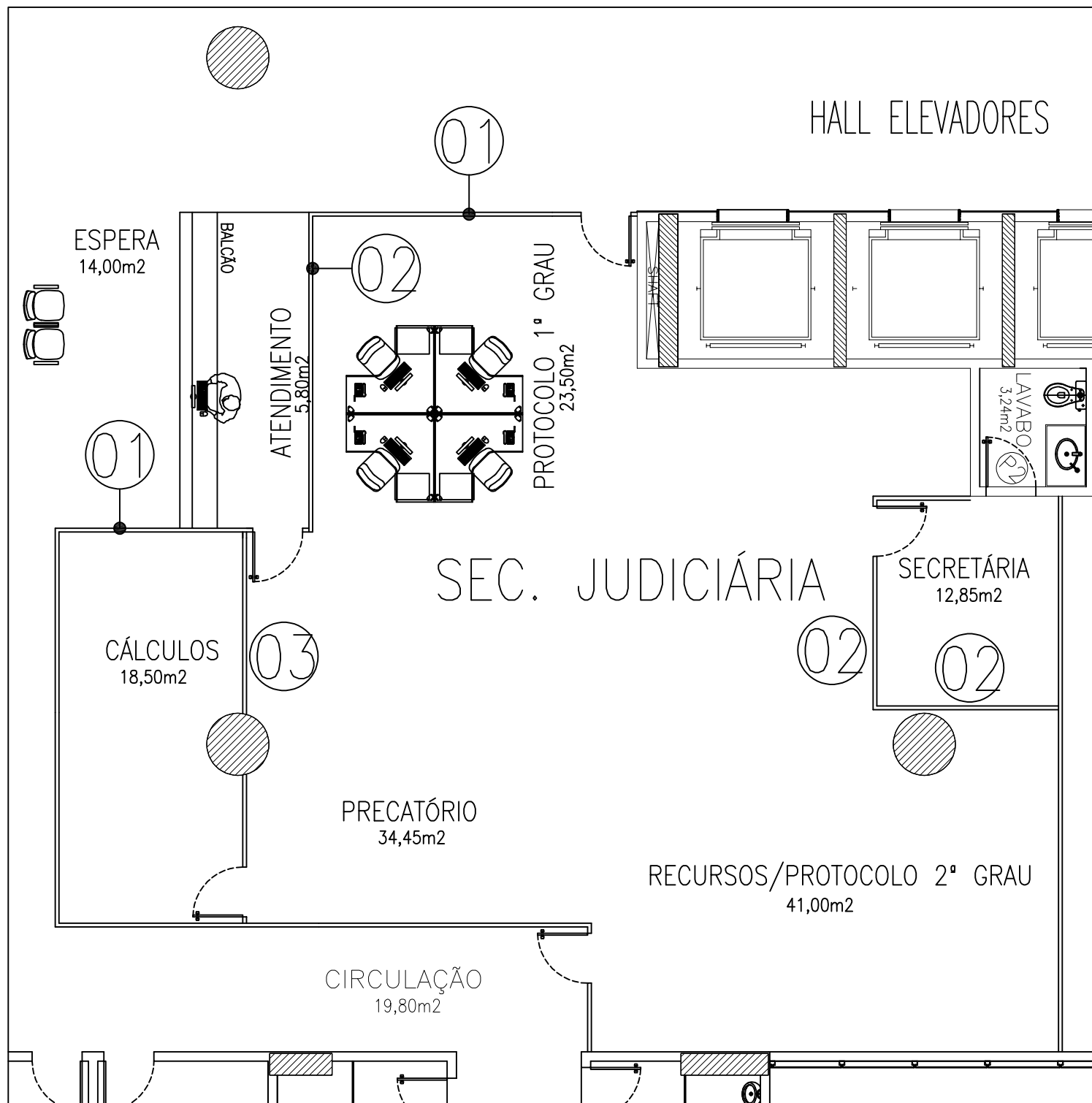


- 01 CONSTRUIR PARADE DE DIVISÓRIA SIMPLES EM GÊSSO ACARTONADO
- 02 CONSTRUIR PARADE DE DIVISÓRIA ACÚSTICA EM GÊSSO ACARTONADO
- 03 CONSTRUIR MEIA PARADE DE DIVISÓRIA SIMPLES EM GÊSSO ACARTONADO E VIDRO
- 04 MOVIEMENTAR DIVISÓRIAS
- P1 PORTA DE ABRIR 2,10X0,80 M MADEIRA NA COR PRETA(ACAB. FOSCO)

Endereço: AVENIDA JOÃO XXIII, BAIRRO DOS NOVOS, TERESINA – PIAUI		
Título do projeto: EDIFÍCIO SEDE DO TRT – COORDENADORIA JUDICIÁRIA		
Especialidade do projeto:	Área	Controle:
NOVO LAYOUT	Escala: 1/100	Arquivo:
COORDENADORIA JUDICIÁRIA –	Data: MARÇO/2026	Prancha: 02/02
DELANO PEREIRA COSTA COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – TRT 22		
OSMAR RODRIGUES DE M. JUNIOR TÉCNICO JUDICIÁRIO – TRT 22 MATRÍCULA – 308.22.061 ARQUITETO E URBANISTA – CAU Nº AS1062-3 e-mail: osmar@trt22.jus.br // (86)99986-0111		



COORD. JUDICIÁRIA – LEVANTAMENTO



01 DESMONTAR DIVISÓRIAS

02 DESMONTAR DIVISÓRIAS DE GESSO ACARTONADO E VIDRO

03 MOVIMENTAR DIVISÓRIAS

Endereço:

AVENIDA JOÃO XXIII, BAIRRO DOS NOIVOS, TERESINA – PIAUÍ

Título do projeto:

EDIFÍCIO SEDE DO TRT – COORDENADORIA JUDICIÁRIA

Especialidade do projeto:

COORDENADORIA JUDICIÁRIA –
LEVANTAMENTO

Área

Escala: 1/100

Data: MARÇO/2026

Controle:

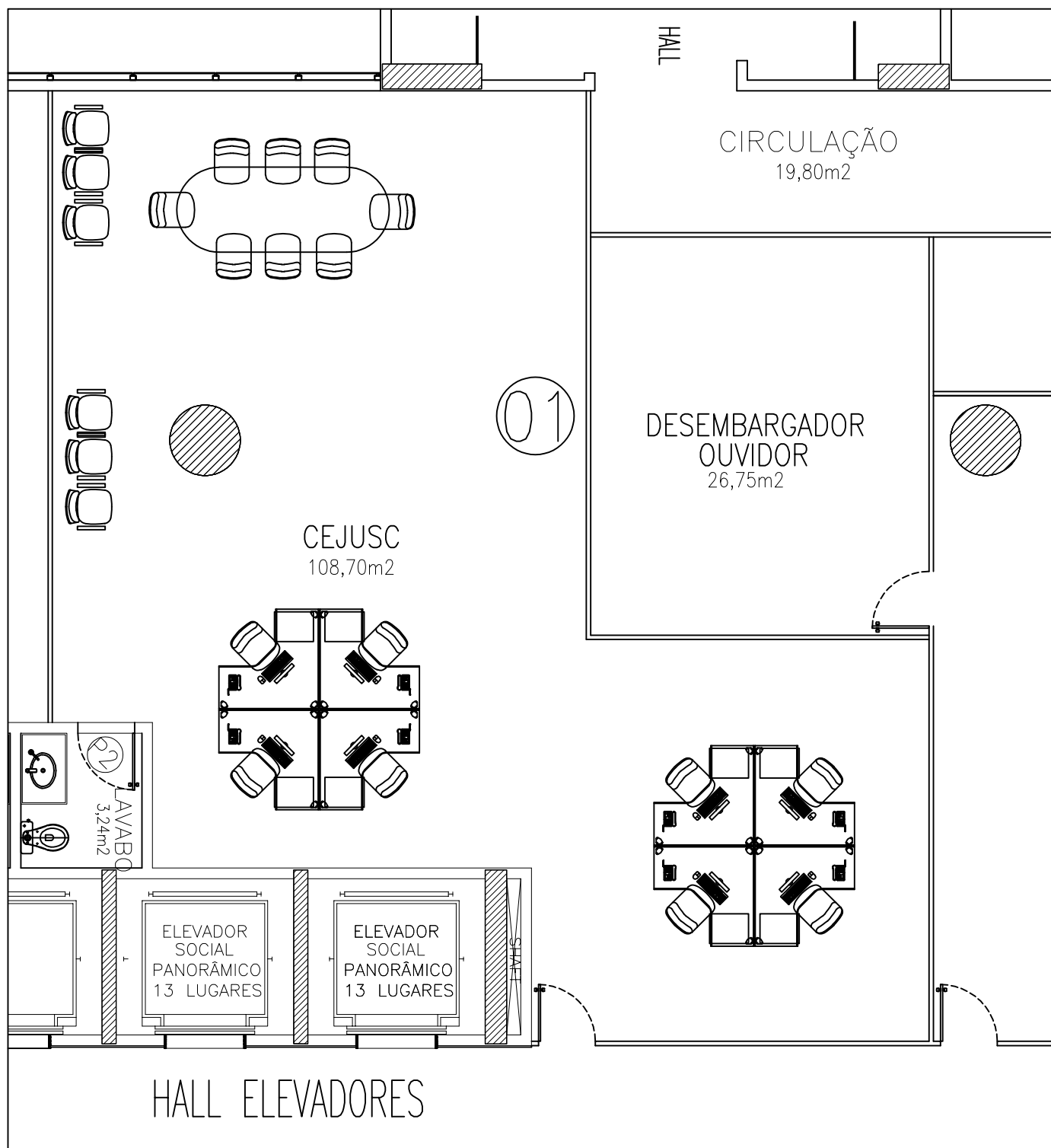
Arquivo:

Prancha: 01/02

DELANO PEREIRA COSTA
COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – TRT 22OSMAR RODRIGUES DE M. JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO – TRT 22
MATRÍCULA – 308.22.061
ARQUITETO E URBANISTA – CAU Nº A51062-3
e-mail: osmar@trt22.jus.br // (86)99986-0111

CEJUSC 2º GRAU – LEVANTAMENTO

PROAD n. 679/2026 DOC 23
Cadastrado por FERNANDO JOSE - FERNANDO JOSE MATOS DE FREITAS
Juntado em 12/05/2026



01 DESMONTAR DIVISÓRIAS

Endereço:
AVENIDA JOÃO XXIII, BAIRRO DOS NOIVOS, TERESINA – PIAUÍ

Título do projeto:
EDIFÍCIO SEDE DO TRT – CEJUSC

Especialidade do projeto:
NOVO LAYOUT CEJUSC –
LEVANTAMENTO

Área
Escala: 1/100
Data: MARÇO/2026

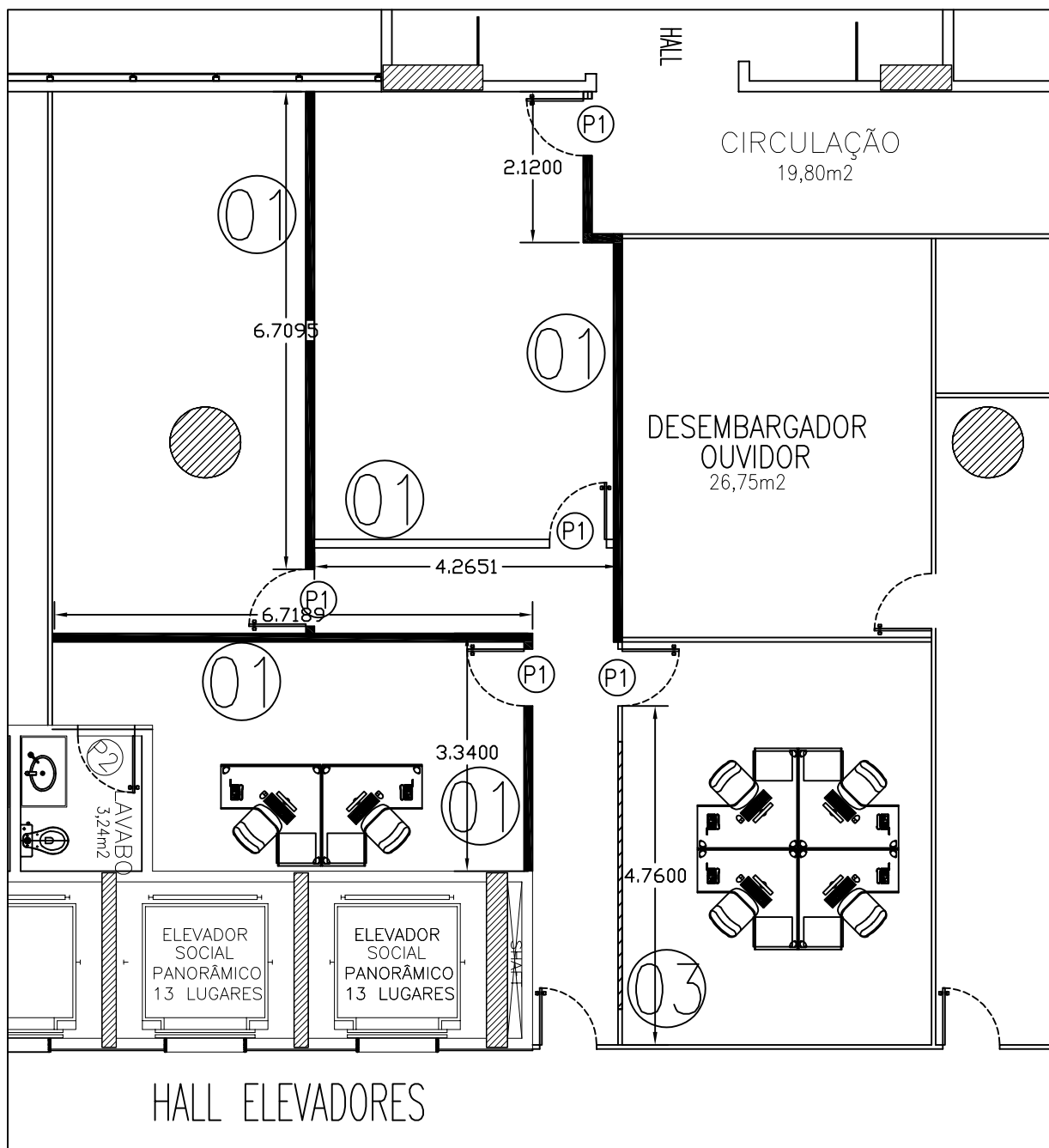
Controle:
Arquivo:
Prancha: 01/02

DELANO PEREIRA COSTA
COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – TRT 22

OSMAR RODRIGUES DE M. JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO – TRT 22
MATRÍCULA – 308.22.061
ARQUITETO E URBANISTA – CAU Nº A51062-3
e-mail: osmar@trt22.jus.br // (86)99986-0111

PROAD n. 679/2026 DOC 23. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.CNVY.WHBR:
<https://proad.trt22.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>





01 CONSTRUIR PARADE DE DIVISÓRIA SIMPLES EM GÊSSO ACARTONADO

03 CONSTRUIR MEIA PARADE DE DIVISÓRIA SIMPLES EM GÊSSO ACARTONADO E VIDRO

P1 PORTA DE ABRIR 2,10X0,80 M MADEIRA NA COR PRETA(ACAB. FOSCO)

Endereço: AVENIDA JOÃO XXIII, BAIRRO DOS NOIVOS, TERESINA – PIAUÍ		
Título do projeto: EDIFÍCIO SEDE DO TRT – CEJUSC		
Especialidade do projeto: NOVO LAYOUT CEJUSC	Área	Controle:
	Escala: 1/100	Arquivo:
	Data: JULHO/2026	Prancha: 02/02

DELANO PEREIRA COSTA
COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – TRT 22

OSMAR RODRIGUES DE M. JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO – TRT 22
MATRÍCULA – 308.22.061
ARQUITETO E URBANISTA – CAU Nº A51062-3
e-mail: osmar@trt22.jus.br // (86)99986-0111



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ANEXO C
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



OBRA: CEJUSC 2º GRÁU - REFORMA DE SALAS DO 6º ANDAR DO PRÉDIO DO TRT 22.								
LOCAL: SEDE DO TRT 22 - AV. JOÃO XIII, 1460, BAIRRO NOIVOS- TERESINA PIAUÍ.								
ORÇAMENTO SINTÉTICO								
REFERÊNCIAS DE CUSTOS: SINAPI ND 01/2026, SEINFRA-CE 028								
BDI: 30 % NÃO DESONERADO								
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES							371,27
1.1	COTAÇÃO	CREA-PI	TAXA DE ART	UND	1,00	285,59	371,27	371,27
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							1.995,08
2.1	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,00	141,05	183,37	733,48
2.2	SINAPI	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	16,00	60,65	78,85	1.261,60
3.0	SERVIÇOS INICIAIS							559,74
3.1	SINAPI	97640 adapt	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m2	4,32	14,74	19,16	82,77
3.2	SEINFRA	C1050	DEMOLIÇÃO DE DIVISÓRIA LEVE	m2	24,75	14,82	19,27	476,97
4.0	VEDAÇÃO							13.381,70
4.1	SINAPI	96359	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023 PS	M2	84,62	99,72	129,64	10.969,62
4.2	SEINFRA	C4507	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023 PS	M2	9,83	188,83	245,48	2.412,09
5.0	PINTURA							8.692,44
5.1	SINAPI	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	188,88	18,02	23,43	4.425,55
5.2	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	188,88	4,17	5,42	1.023,75
5.3	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	188,88	13,21	17,17	3.243,14
6.0	ISOLAMENTO ACÚSTICO							2.750,02
6.1	SINAPI	104725 adapt	INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO COM LÃ DE VIDRO EM PAREDE DRYWALL. AF_07/2023	M2	84,62	25,00	32,50	2.750,02
7.0	SERVIÇOS FINAIS							14.737,93
7.1	SINAPI	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UND	5,00	1.142,98	1.485,87	7.429,35
7.2	SEINFRA-CE	C4102 modificada	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIAS	UND	10,00	71,93	93,51	935,10
7.3	SINAPI	102235	DIVISÓRIA FIXA EM VIDRO TEMPERADO 10 MM, SEM ABERTURA. AF_10/2025 PS	M2	4,76	488,44	634,97	3.022,46
7.4	ORSE	687	Ponto de caixa seca p/ lógica, c/ canaleta plastica c/divisoria 20x10mm, incluso tomada	UND	9,00	112,94	146,82	1.321,38
7.5	ORSE	630	Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	UND	8,00	182,64	237,43	1.899,44
7.6	SINAPI	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	M2	60,00	1,67	2,17	130,20
TOTAL DO ORÇAMENTO R\$ 42.488,19 (QUARENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS).								42.488,19
TRT 22 - PIAUÍ								
OBRA: SEC. JUDICIÁRIA - REFORMA DE SALAS DO 6º ANDAR DO PRÉDIO DO TRT 22.								
LOCAL: SEDE DO TRT 22 - AV. JOÃO XIII, 1460, BAIRRO NOIVOS- TERESINA PIAUÍ.								
ORÇAMENTO SINTÉTICO								
REFERÊNCIAS DE CUSTOS: SINAPI ND 01/2026, SEINFRA-CE 028 E ORSE 09/2025.								
BDI: 30 % NÃO DESONERADO								
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES							75,90
1.1	COTAÇÃO	CREA-PI	TAXA DE ART	UND	0,00	285,59	371,27	0,00
1.2	SINAPI	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024	M	110,00	0,53	0,69	75,90
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							1.995,08
2.1	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,00	141,05	183,37	733,48
2.2	SINAPI	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	16,00	60,65	78,85	1.261,60
3.0	SERVIÇOS INICIAIS							1.689,54
3.1	SINAPI	97640 adapt	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m2	4,32	14,74	19,16	82,77
3.2	SEINFRA	C2210	RETIRADA DE PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE BATENTES	m2	5,04	18,36	23,87	120,30
3.3	SINAPI	97638	REMOÇÃO DE CHAPAS E PERFIS DE DRYWALL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m2	5,80	8,18	10,63	61,65
3.4	SEINFRA	C5214	REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIA LEVE - DESMONTAGEM E REMONTAGEM	m2	36,96	29,65	38,55	1.424,81
4.0	VEDAÇÃO							14.846,80



PROAD n. 679/2026 DOC 23. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.CNVY.WHBR: <https://proad.trt22.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

4.1	SINAPI	96359	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	51,18	99,72	129,64	6.635,49
4.2	SEINFRA	C4507	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	33,45	188,83	245,48	8.211,31
5.0	PINTURA							7.789,71
5.1	SINAPI	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	169,27	18,02	23,43	3.965,95
5.2	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	169,27	4,17	5,42	917,43
5.3	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	169,27	13,21	17,17	2.906,33
6.0	ISOLAMENTO ACÚSTICO							1.663,48
6.1	SINAPI	104725 adapt	INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO COM LÃ DE VIDRO EM PAREDE DRYWALL. AF_07/2023	M2	51,18	25,00	32,50	1.663,48
7.0	SERVIÇOS FINAIS							24.431,16
7.1	SEINFRA-CE	C4428	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UND	8,00	1.142,98	1.485,87	11.886,96
7.2	SEINFRA-CE	C4102 modificada	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIAS	UND	8,00	71,93	93,51	748,08
7.3	SINAPI	102235	DIVISÓRIA FIXA EM VIDRO TEMPERADO 10 MM, SEM ABERTURA. AF_10/2025_PS	M2	13,30	488,44	634,97	8.445,10
7.4	ORSE	687	Ponto de caixa seca p/ lógica, c/ canaleta plastica c/divisoria 20x10mm, incluso tomada	UND	9,00	112,94	146,82	1.321,38
7.5	ORSE	630	Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	UND	8,00	182,64	237,43	1.899,44
7.6	SINAPI	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	M2	60,00	1,67	2,17	130,20
TOTAL DO ORÇAMENTO R\$ 52.862,94 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).								52.491,67
TOTAL SEJUSC 2º GRÁU + SEC. JUDICIÁRIA								94.979,86
VALOR TOTAL DA OBRA DE REFORMA DO 6º ANDAR: R\$ 94.979,86 (NOVENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)								





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ANEXO B
PLANILHA DE BDI CONVENCIONAL



COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI PARA SERVIÇOS

		LEIS SOCIAIS (%): 114,54	BDI (%): 30,00
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		3,000%
SG	SEGURO E GARANTIA		0,800%
R	RISCOS		0,970%
DF	DESPESA FINANCEIRA		0,590%
L	LUCRO		13,92%
T	TRIBUTOS E IMPOSTOS		7,650%
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL		0,650%
COFINS	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		3,000%
	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (5% x 60% = 3%)		3,000%
ISS	<u>ISS COBRADO NO MUNICÍPIO CONFORME O TIPO DA OBRA</u>		<u>5,000%</u>
	PARTICIPAÇÃO DO CUSTO DE MÃO OBRA (SERVIÇOS) EM RELAÇÃO AO CUSTO TOTAL DA OBRA		60,000%
CPRB	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA		1,000%

$$BDI = \{ [(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)] / [1 - (PIS + COFINS + ISS + CPRB)] \} - 1$$

OBS-1: Cálculo em conformidade com o acórdão nº 2622/2013-TCU e Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015.

OBS-2: Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Deverão ser definidos, conforme Código Tributário do município, o valor do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%, e a alíquota aplicada sobre o mesmo, representando o percentual de mão de obra em relação ao valor total da obra.

OBS-3: Para análise de orçamentos considerando a desoneração sobre a folha de pagamento, prevista na lei nº 12.844/2013, deverá ser adotada na contribuição previdenciária sobre a receita bruta, uma alíquota de 4,5% em orçamentos COM Desoneração e de 0% em orçamentos SEM Desoneração.

OBS-4: Para o tipo de obra “Construção de Edifícios”, enquadram-se: a construção de edifícios residenciais de qualquer tipo; casas e residências unifamiliares; edifícios residenciais multifamiliares, incluindo edifícios de grande altura (arranha-céus); a construção de edifícios comerciais de qualquer tipo; consultórios e clínicas médicas; escolas; escritórios comerciais; hospitais; hotéis, motéis e outros tipos de alojamento; lojas, galerias e centros comerciais; restaurantes e outros estabelecimentos similares; shopping centers; a construção de edifícios destinados a outros usos específicos; armazéns e depósitos; edifícios garagem, inclusive garagens subterrâneas; edifícios para uso agropecuário; estações para trens e metropolitanos; estádios esportivos e quadras cobertas; igrejas e outras construções para fins religiosos (templos); instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.); penitenciárias e presídios; postos de combustível; a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.); as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes; a montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária, quando não realizadas pelo próprio fabricante, conforme classificação 4120-4/00 do CNAE.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ANEXO C
PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS



PLANILHA DE LEIS SOCIAIS - SINAPI

		<u>LEIS SOCIAIS (%)</u>	<u>114,54</u>	<u>BDI (%)</u>	<u>30,00</u>
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	TOTAL	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,82%	Não incide	17,82%	Não incide
B2	FERIADOS	3,95%	Não incide	3,95%	Não incide
B3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,85%	0,64%	0,85%	0,64%
B4	13º SALÁRIO	11,09%	8,33%	11,09%	8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,06%	0,04%	0,06%	0,04%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74%	0,56%	0,74%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVAS	1,18%	Não incide	1,18%	Não incide
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
B9	FÉRIAS GOZADAS	13,76%	10,34%	13,76%	10,34%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	TOTAL	49,59%	20,02%	49,59%	20,02%
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,36%	4,03%	5,36%	4,03%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13%	0,09%	0,13%	0,09%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	0,96%	0,72%	0,96%	0,72%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,52%	1,89%	2,52%	1,89%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	0,34%	0,45%	0,34%
C	TOTAL	9,42%	7,07%	9,42%	7,07%
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	8,33%	3,36%	18,25%	7,37%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS	0,45%	0,34%	0,48%	0,36%
	<u>SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO</u>				
D	TOTAL	8,78%	3,70%	18,73%	7,73%

FONTE: <http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>



PROAD n. 679/2026 DOC 23. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.CNVY.WHBR: <https://proad.trt22.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ANEXO D

TERMO DE VISTORIA

Declaro, para os fins de conhecimento das condições de execução dos serviços:

() Que vistoriei os locais de execução dos serviços e que sou detentor de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta, conforme exigência do Edital e condições especificadas no Projeto Básico, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

() Que as informações constantes do Projeto Básico e seus anexos são suficientes para que seja ofertada uma proposta de preços e executados os serviços, não havendo necessidade de vistoria "*in loco*" do local onde os serviços serão executados, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

_____, ____/____/____

Cidade

Data

Nome da empresa e CNPJ

Responsável pela empresa





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROAD TRT Nº 679/2026
DISPENSA ELETRÔNICA TRT22 Nº 33/2026
CONTRATO TRT22 Nº /
MINUTA

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS SALAS DO 6º ANDAR – SECRETARIA JUDICIÁRIA E CEJUSC – DO PRÉDIO SEDE DO TRT22, QUE ENTRE SI FIRMAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO E A EMPRESA , NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.458.141/0001-40, situado na Av. João XXIII nº 1460, Bairro dos Noivos, CEP: 64.045-000, Teresina/PI, aqui simplesmente denominado TRT22, representado neste ato por seu Diretor Geral de Administração, Danilo Carvalho Franco Pereira.

CONTRATADA: , CNPJ: , situada na , Fone: , E-mail: ; representada neste ato por seu .

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima identificados, têm entre si ajustado a presente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA REFORMA DAS SALAS DO 6º ANDAR – SECRETARIA JUDICIÁRIA E CEJUSC – DO PRÉDIO SEDE DO TRT22**, conforme autorização, doc. do PROAD nº 676/2026, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Decreto 11.317/2022, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Resolução CSJT 103/2012, Resolução 70/2010, Resolução CSJT nº 288/2021 Resolução CSJT 249/2019(SIGEO-JT), e pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa de engenharia, mediante **dispensa de licitação** com fundamento no





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, sob o regime de **execução indireta e empreitada por preços unitários**, para a **execução de reforma das salas do 6º andar – Secretaria Judiciária e CEJUSC**, incluindo serviços de demolição, adequação de divisórias, isolamento acústico, pintura e instalação de portas, situadas no prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, localizado na av. João XXIII, 1460, bairro dos noivos, Teresina, PI, conforme Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 . O regime de execução será empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total da contratação é de R\$ (), já considerada uma taxa de BDI convencional no percentual de 30%(trinta por cento), conforme proposta apresentada pela Contratada, doc.

2.2. No valor acima estão incluídos o fornecimento de mão-de-obra, a aplicação dos materiais e a utilização dos equipamentos necessários nos locais discriminados, com base na planilha constante do Projeto Básico - ANEXO A – Planilha Orçamentária

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. O presente contrato terá vigência de 120(**cento e vinte**) **dias**, contados da data de sua assinatura.

3.2. O prazo de execução do serviço objeto deste contrato será de 45 (**quarenta e cinco**) **dias corridos**, contado do recebimento da ordem de serviço, conforme cronograma de entrega de projetos a ser apresentado pela contratada.

3.3. A ordem de serviço será emitida pela fiscalização do contrato, em até 5(cinco) dias, a contar da assinatura do contrato.

3.4. A contratada deverá iniciar os serviços em até 5(cinco), contados do aceite da ordem de serviços.

3.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da classificação , PTRES , Natureza da Despesa: 0 – Estudos e Projetos, por meio da nota de empenho nº , emitida em .

CLÁUSULA QUINTA – DESCRIÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A descrição e execução dos serviços a serem executados estão contidas no item 5 do Projeto Básico.

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1. As disposições relativas à medição, liquidação e pagamento dos serviços estão contidas no item 10, do Projeto Básico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto do contrato será recebido conforme item 9 do Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. O preço deste contrato é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. As obrigações da Contratante estão contidas no item 7 do Projeto Básico.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da Contratada estão contidas no item 6 do Projeto Básico.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será realizada conforme determinado no art. 117, da Lei 14133/2021.

CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES

12.1. As sanções aplicáveis por descumprimento deste contrato são aquelas descritas no item 11.0 do Projeto Básico.





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CLÁUSULA TREZE – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, considerando-se, por exemplo, a execução de divisórias de gesso acartonado com enchimento acústico, feitas por empresas especializadas.

CLÁUSULA QUATORZE – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO SERVIÇO

14.1. Não será exigida garantia para a execução contratual.

14.2. O prazo de garantia dos serviços será de **60 meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA QUINZE - DAS VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

15.1.2. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

15.1.3. a transferência da responsabilidade contratual para outras entidades sob qualquer pretexto.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou supressões de até 25%.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021)..





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DEZESSETE - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DEZOITO – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

18.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

18.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

18.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA VINTE E UM – DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Teresina-PI, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, as partes, por meio de seus representantes, assinam o presente contrato.

Teresina/PI, .

